

c) Autorizar as deslocações em serviço, em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, do pessoal afecto aos serviços referidos em 1.1 e 1.2.

1.4 — Assinar correspondência para transmissão de actos por si praticados no exercício de competências delegadas, para solicitação de informação ou documentação, para instrução de procedimentos sobre os quais tenha de tomar decisões ou emitir pareceres no âmbito das actividades referidas nos n.ºs 1.1 e 1.2;

2 — Entendem-se excluídas da presente delegação as competências para:

a) Emitir orientações estratégicas ou técnicas genéricas que correspondam a decisões que condicionem a actuação da DGRS;

b) Emitir orientações técnicas para situações concretas, bem como tomar as respectivas decisões, ainda que verbalmente, quando não preexistir orientação técnica genérica da Directora-Geral sobre o assunto;

c) Assinar correspondência dirigida aos gabinetes de titulares de órgãos de soberania e de outros órgãos do Estado, a associações públicas, a sindicatos, a associações patronais e a órgãos de comunicação social.

3 — As competências referidas nos n.ºs 1.3 alíneas b) e d) e 1.5 podem ser subdelegadas nos Directores de Serviços.

4 — O presente despacho produz efeitos desde o início das suas funções, considerando-se ratificados todos os actos praticados pelo delegado até à data da publicação da presente delegação.

30 de Junho de 2009. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

201973163

## Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

### Aviso (extracto) n.º 11866/2009

Faz-se público que, por despacho de 14 de Junho de 2009 do Secretário de Estado da Justiça, proferido ao abrigo do despacho de delegação de competências n.º 11 999/2007, do Ministro da Justiça, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 18 de Junho de 2007, foi homologada a acta da reunião do júri do concurso, para atribuição de licenças de instalação de cartório notarial, aberto por despacho de 7 de Março de 2008 do Secretário da Justiça, proferido ao abrigo do mesmo despacho de delegação de competências, e tornado público pelo aviso n.º 8957/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 59, de 25 de Março de 2008, nos termos da qual foi atribuída a licença de instalação do Cartório Notarial de Amarante — novo cartório, à Lic. Ana Catarina Castro Martins, por aplicação do n.º 3 do artigo 40.º do Estatuto do Notariado.

24 de Junho de 2009. — O Presidente do Júri, *José Ascenso Nunes da Maia*.

201972856

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 15178/2009

Considerando o que dispõem os artigos 19.º e 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto;

Considerando os resultados das actividades até agora desenvolvidas pelos dirigentes abaixo indicados, que evidenciam a existência de aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das respectivas funções, conforme demonstram os relatórios de actividades do anterior exercício que apresentaram:

Determino a renovação das comissões de serviço dos seguintes dirigentes:

Do Prof. Doutor Rui Pedro de Sousa Pereira Monteiro Julião, no cargo de subdirector-geral do Instituto Geográfico Português, com efeitos a 25 de Junho de 2009.

Da licenciada Carla Sofia Baptista Reis Santos, no cargo de subdirector-geral do Instituto Geográfico Português, com efeitos a 26 de Junho de 2009.

23 de Junho de 2009. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

### Síntese do currículo académico e profissional do doutorado Rui Pedro Julião

Rui Pedro Julião, doutorado em Geografia e Planeamento Regional (especialidade de Novas Tecnologias em Geografia), é actualmente Subdirector-Geral do Instituto Geográfico Português (responsável pelas áreas de Investigação & Desenvolvimento, Cadastro e Sistema Nacional de Informação Geográfica), Professor Auxiliar do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Professor Auxiliar Convidado do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa e investigador do Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional e do Instituto de Dinâmica do Espaço.

É membro do Management Board do Eurogeographics (associação europeia dos institutos geográficos nacionais) e do Executive Committee do EUROGI (associação europeia dos utilizadores de informação geográfica).

É membro da Comissão Nacional de Geografia (CNG), da Associação Portuguesa de Geógrafos (APG), da Associação de Utilizadores de Informação Geográfica (USIG) e da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional (APDR).

É autor de várias publicações (cerca de 60) incluindo livros, capítulos em livros, artigos e comunicações editadas ao nível nacional e internacional e participa regularmente nas principais conferências nacionais e internacionais no domínio da ciência e sistemas de informação geográfica como orador e moderador de sessão, bem como ao nível da organização.

### Síntese do currículo académico e profissional da licenciada Carla Sofia Baptista Reis Santos

#### Curriculum académico

Licenciada em Direito (1992), pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pós-graduada em Estudos Europeus (1995), pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, habilitada com o “Certificate of Proficiency in English” e “First Certificate in English”, ambos da Universidade de Cambridge, detentora de formação profissional nas áreas de finanças públicas, recursos humanos, aquisições de bens e serviços, empreitadas de obras públicas, auditoria, informática, contabilidade, gestão patrimonial, direito internacional e comunitário, modernização administrativa, ambiente, ordenamento do território, etc, sendo ainda detentora do curso de formação de formadores certificado pelo IEFP e do estágio profissional promovido pela Ordem dos Advogados.

#### Curriculum profissional

Iniciou funções na Administração Pública em 20 de Março de 1996, na Inspeção-Geral de Finanças — carreira de Inspeção de Alto Nível, detendo actualmente a categoria de Inspectora de Finanças Principal desde Novembro de 2000.

De 26 de Junho de 2006 até ao presente: Subdirector-Geral do Instituto Geográfico Português.

Docente do Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC).

De 07 de Fevereiro de 2006 até 25 de Junho de 2006: Directora de Serviços de Monitorização Ambiental da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, compreendendo a Divisão de Monitorização Ambiental e a Divisão de Laboratórios.

De 13 de Dezembro de 2004 a 06 de Fevereiro de 2006: Vice-Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, tendo à sua responsabilidade a Direcção de Serviços de Recursos Humanos e Financeiros e o Gabinete Jurídico e de Auditoria.

De 24 de Abril de 2003 a 16 de Julho de 2004 e de 17 de Julho de 2004 a 12 de Dezembro de 2004: Assessora, equiparada a adjunta, de SS. Ex.ª o Ministro da Administração Interna, dos XV e XVI Governos Constitucionais, tendo sido requisitada à Inspeção-Geral de Finanças, com efeitos a 24 de Abril de 2003 e 17 de Julho de 2004, respectivamente. Nesse âmbito, exerceu funções junto do Comando da Guarda Nacional Republicana, prestando assessoria em áreas diversificadas, das quais se destaca, a preparação de diplomas legais, negociação e preparação de acordos internacionais, apoio ao funcionamento em áreas diversas — pessoal, finanças, protecção e conservação da natureza, operações, investigação criminal, relações públicas e internacionais.

De 20 de Março de 1996 a 23 de Abril de 2003: Inspectora de Finanças Principal do quadro da Inspeção-Geral de Finanças, tendo desenvolvido a sua actividade na Área do Controlo da Gestão Pública (ex-Inspeção de Serviços Públicos), participando na realização de trabalhos de diversa tipologia em organismos públicos, visando o